

LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA: O DESAFIO DA RECONTEXTUALIZAÇÃO.

SOCIOLOGY BOOKS FOR HIGH SCHOOL: THE CHALLENGE OF RECONTEXTUALIZATION

*Victor Gabriel Alcantara da Silva**

Cite este artigo: ALCANTARA, Victor. Livros didáticos de sociologia: o desafio da recontextualização. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v.18, n. 1, jan./dez. 2020. Anual. Disponível em: revistas.ufrj.br/index.php/habitus.

Resumo: Este artigo se trata de uma pesquisa comparativa (VITALE, 2015; LE BIANIC, DE VERDALLE, VIGOUR, 2012) entre duas obras didáticas brasileiras de Sociologia, uma voltada para o Ensino Médio e outra para o Ensino Fundamental. O objetivo é contribuir com a discussão sobre o desafio da *recontextualização pedagógica* (BERNSTEIN, 1996; DESTERRO, 2016; MAÇAIRA, 2017) das Ciências Sociais no Brasil, bem como as lacunas dos Livros Didáticos de Sociologia para o Ensino Médio, apontadas pelos avaliadores no Guia das últimas três edições do PNLD em que a disciplina esteve inserida (BRASIL, 2012, 2015, 2018). Para tanto, é apresentado um breve panorama sobre a discussão relacionada à Sociologia do currículo e o ensino de Sociologia, e a análise comparativa entre as obras selecionadas.

Palavras-chave: Sociologia da Educação; Sociologia do Currículo; ensino de Sociologia; livros didáticos.

Abstract: This article analyze Brazilian books of Sociology for high school in a comparative research (Vitale, 2015; Le Bianic, de Verdalle, Vigour, 2012). The objective is to contribute to the discussion about the challenge of pedagogical recontextualization (Bernstein, 1990 [1975]; Desterro, 2016; Maçaira, 2017) of the Social Sciences in Brazil. To this end, I will present a brief overview of the discussion related to Sociology of the Curriculum and the teaching of sociology, as well as some of the main research findings. Although the two books selected for comparison are known for a “good work of didactic mediation” (Fontes, 2019), both have important differences to think about the teaching of sociology.

Key words: Sociology of Education; Sociology of the Curriculum; Sociology teaching; Didatic books.

É sabido que nas últimas décadas ocorreu um fenômeno de ampliação progressiva do acesso à educação básica no Brasil. Este fenômeno vem representando uma mudança importante e significativamente simbólica para um país que herda resquícios de uma lógica estamental na estrutura e nas relações sociais cotidianas. A ampliação do que é o mais básico, o acesso, tem sido um passo importante para se trabalhar estratégias de redução das desigualdades sociais, na medida em que implica em novas questões e desafios para a educação brasileira (OLIVEIRA, 2007).

Uma das implicações da estruturação da escola como um espaço público mais acessível aos diferentes grupos sociais foi e continua sendo a discussão acerca do currículo a ser constituído no espaço escolar. Segundo Leite (2007) trata-se de uma das questões centrais na educação brasileira, dado o contexto de reformas curriculares vivido nos últimos anos no país.

Neste momento, não apenas o debate sobre a seleção dos conteúdos, que tanto mobilizou os teóricos da educação na década de 1980, mas todo o processo de constituição dos conteúdos de ensino ocupa a pesquisa de campo do currículo, que tradicionalmente pensou a problemática do conhecimento escolar, e ganha espaço, ainda que restrito, no campo da didática, como mais um objeto de interseção entre esses campos (LEITE, 2007, p. 9).

As teorias do currículo vêm se ocupando, desta forma, de uma densa discussão a respeito de que conhecimento deve ser ensinado na escola e o que se espera que a escola contribua para a formação dos cidadãos. De acordo com Silva (2010), nas teorias do currículo, a pergunta “o que se deve ensinar?” nunca está separada de outra importante pergunta: “o que eles ou elas devem ser?” ou, melhor, “o que eles ou elas devem se tornar?”. A relação entre currículo e formação de novos cidadãos, desse modo, insere questões de “identidade” e de “subjetividade” nas discussões sobre currículo escolar.

Este debate é profundamente caro para as pesquisas sobre ensino de Sociologia, na medida em que trata diretamente sobre o processo de constituição do conhecimento escolar. Com um histórico de intermitência no currículo oficial (MORAES, 2003), bem como a dificuldade ainda presente de constituição de uma comunidade de professores¹, a Sociologia enquanto disciplina escolar esteve marginalizada nas políticas curriculares do Brasil. Essa realidade traz à tona, por consequência, o desafio da *recontextualização pedagógica* e da constituição de um conteúdo consagrado dos quais tratam as pesquisas sobre ensino de Sociologia (DESTERRO, 2016; MAÇAIRA, 2017; MACEDO, 2018; FONTES, 2019).

Um diagnóstico importante do desafio de recontextualizar os discursos acadêmicos das Ciências Sociais para o espaço escolar tem sido realizado pelos Guias das edições do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em que a disciplina de Sociologia esteve inserida. Voltado às

¹ Ainda que se tenham materializados muitos espaços de encontro, formação e pesquisa de professores de Sociologia, a disciplina ainda é a que menos tem professores formados na área lecionando em escolas públicas, o que representa uma continuidade do desafio de constituição de uma comunidade de professores da disciplina.

escolas e professores, o Guia é um documento que conduz a etapa final do PNL D, orientando a seleção dos livros didáticos nas escolas. Nele são apresentados os livros selecionados, todo o processo de avaliação e seleção, considerações críticas a respeito do ensino de Sociologia no Brasil e os livros didáticos. Os Guias da disciplina de Sociologia tem apontado para lacunas importantes nos livros didáticos, tais como a linguagem utilizada, a adequação aos conceitos e teorias, a carência do pensamento social brasileiro e discussão de problemas brasileiros, o desequilíbrio entre as áreas das Ciências Sociais, com predominância da Sociologia na abordagem das temáticas, desequilíbrio entre o tratamento das regiões brasileiras e a diversidade cultural, entre outros (BRASIL, 2012, 2015, 2018).

Com o objetivo de contribuir com o debate sobre o desafio da *recontextualização pedagógica* para a Sociologia enquanto disciplina escolar, bem como para as lacunas dos Livros Didáticos de Sociologia apontadas pelos avaliadores no Guia dos últimos três PNL D's em que a Sociologia esteve inserida (BRASIL, 2012, 2015, 2018), esse artigo apresenta uma comparação entre duas obras didáticas, uma voltada para o Ensino Médio e outra para o Ensino Fundamental. A análise comparativa entre materiais didáticos contribui com a discussão sobre a constituição do conhecimento escolar de Sociologia. As questões discutidas em cada obra, em suas semelhanças e diferenças, podem trazer *insights* para a superação das lacunas nos materiais didáticos. O argumento principal que aqui será apresentado é de que os livros que compõem a obra *Sociedade em movimento*, voltados para o Ensino Fundamental, podem contribuir para a construção de um material didático voltado para o Ensino Médio, bem como para a discussão sobre o ensino de Sociologia. Para tanto, o artigo está dividido em duas partes. A primeira trata de um panorama histórico sobre a inserção da Sociologia no currículo nacional desde a década de 1980, com o intuito de contextualizar os desafios da Sociologia enquanto disciplina escolar para os leitores que não estão a par dessa discussão, e a segunda trata propriamente da comparação entre as duas obras didáticas selecionadas.

É importante mencionar que o conceito de *recontextualização pedagógica*² (BERNSTEIN, 1996) é fundamental para a proposta deste trabalho, pois possui potencialidades e especificidades heurísticas para o estudo da formação do conhecimento escolar de Sociologia. Embora em pesquisas sobre currículo no Brasil seja bastante utilizado o conceito de transposição didática³ (LEITE, 2007), em pesquisas sobre ensino de Sociologia, usualmente se faz mais referência ao conceito de *recontextualização pedagógica*, muito devido à singularidade do trabalho de Bernstein no contexto da Sociologia crítica da educação. O termo “recontextualização” no sentido bernsteiniano é descrito por Desterro (2016) como “um complexo processo em que um determinado tipo de conhecimento/discurso, ao sair de sua

² Este conceito foi cunhado por Basil Bernstein, e se refere ao modo como o conhecimento científico de uma disciplina é recontextualizado para um conhecimento escolar, tanto no discurso linguístico quanto nas práticas educacionais.

³ O conceito de transposição didática, segundo Leite (2007), foi inicialmente cunhado pelo sociólogo francês Michel Verret, em sua tese de doutoramento nomeada *Le temps des études*, publicada em 1975, e reconstituído por Yves Chevallard, em estudos sobre teoria do currículo.

esfera original de produção, ganha novos significados”. Olhando para esse sentido da recontextualização, a análise feita teve como referência a disposição do conteúdo e das ilustrações dos livros para compreender a construção discursiva das obras, tendo em vista os mecanismos que induzem a recontextualização dos discursos acadêmicos para a escola básica. A opção por trabalhar com o conceito de *recontextualização pedagógica*, tomada pelos pesquisadores da área, não é trivial. Junto ao conceito, ressalta-se a relevância de aportes teóricos como o de Bernstein para uma investigação sobre a constituição do conhecimento escolar de Sociologia. Os materiais didáticos oficiais são, conforme aponta Maçaira (2017), um espaço concreto onde o currículo da disciplina escolar se encontra organizado e, por esta razão, um objeto privilegiado para compreender como operam os mecanismos de *recontextualização pedagógica* (MAÇAIRA, 2017).

1. O conhecimento escolar de Sociologia no século XXI

Nas últimas duas décadas vivenciamos diversos avanços no estabelecimento da Sociologia enquanto disciplina escolar, dentre os quais, destacam-se a inclusão da disciplina como obrigatória nos três anos do ensino médio através da Lei 11. 684 de 2 de julho de 2008, a inclusão da disciplina no PNLND nas edições de 2012, 2015 e 2018, e o surgimento de laboratórios voltados para o ensino, pesquisa e extensão em ensino de Sociologia em diversas universidades (DIAS, 2016). Esse processo de integração da Sociologia no currículo escolar movimentou uma série de investigações sobre o sentido e a história da Sociologia enquanto disciplina escolar⁴.

A história deste debate é longa e abordarei aqui apenas o período após a década de 1980, que é o período que interessa ao contexto educacional ao qual fazemos referência. O processo de retorno da Sociologia ao currículo brasileiro iniciou antes mesmo da lei de inclusão da disciplina como obrigatória nos três anos do ensino médio, em 2008. Desde meados da década de 1980, com a Lei 7044/82, os estados já vinham incorporando gradativamente a disciplina no currículo (SANTOS, 2002).

Na década de 1980, com a Lei federal n. 7044/82 (BRASIL, 1982) e a Resolução SE/SP n. 262/83 (SÃO PAULO, 1983), abriu-se a possibilidade de inclusão da Sociologia no então 2º grau como disciplina optativa, e coube à direção de cada escola fazer a escolha em inserir a disciplina no currículo escolar (FREITAS; FRANÇA, 2016, p. 46).

O debate sobre o retorno da Sociologia se acirrou após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996. Neste documento, no art. 36, inciso III, havia uma proposição de que o aluno deveria dominar, ao final do ensino médio, os conhecimentos de

⁴ De acordo com o levantamento do estado da arte por Handfas (2015), “sentidos da sociologia” e “histórica da disciplina” foram as temáticas mais recorrentes em pesquisas de mestrados entre 1993 e 2012. Tentando indicar algumas características em comum no material analisado, a autora destacou, ainda, a busca pelos sentidos da Sociologia no ensino médio como a mais perseguida pelos pesquisadores (Handfas, 2015).

Sociologia (BRASIL, 1996). Este trecho, ao não destacar a Sociologia enquanto conhecimento disciplinar, gerou uma interpretação equivocada do artigo, que não confirmou seu status de disciplina obrigatória e a deixou no espaço da interdisciplinaridade (FREITAS; FRANÇA, 2016). Devido à essa ambiguidade do trecho, foi proposto o Projeto de Lei nº 09/00, de autoria do filósofo e Deputado Estadual Padre Roque Zimmermann, que visava afirmar a obrigatoriedade da inclusão das disciplinas de Sociologia e Filosofia no ensino médio. Tal projeto passou pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, sendo vetado integralmente pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (MORAES, 2001, 2003). Foi somente em 2008, com a aprovação da Lei 11.684 que a Sociologia conquistou um espaço como disciplina obrigatória no currículo nacional.

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, enquanto corria o debate sobre a inserção da Sociologia enquanto disciplina obrigatória, foram aprovados três principais documentos curriculares nacionais que versavam, dentre outras coisas, sobre a organização do conteúdo sociológico. São eles: 1) os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM/1999); 2) o PCNEM+ (2002) e; 3) as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCNEM/2006). De acordo com Anjos (2018), os PCNEM foram uma resposta à demanda de um currículo nacional pautada desde os anos 1980 e consolidada na LDB 9394/96, concretizando grande impacto para a Sociologia, enquanto uma disciplina não obrigatória efetivamente no ensino médio naquela época (ANJOS, 2018). A menção à Sociologia nos PCNs estava dada de forma ambígua que, ao mesmo tempo, auxiliou na efetivação da disciplina em alguns estados e na manutenção de um lugar de marginalidade da disciplina no currículo nacional.

Se por um lado os PCNEM deixavam ambígua a posição da Sociologia na escola básica, as OCNEM, ao defender a especificidade do conhecimento sociológico, trouxeram uma concepção metodológica e epistêmica para a disciplina escolar de Sociologia (ANJOS, 2018). Por esta razão, é importante ressaltar a relevância das OCNEM para o ensino de Sociologia, tendo sido adotada como base nos editais do PNLD para a formulação dos Livros Didáticos de Sociologia e, portanto, se concretizado como uma proposta indutora no processo de recontextualização pedagógica das Ciências Sociais, fruto do trabalho de um grupo de especialistas na área. Tendo como objetivo contribuir para o diálogo entre professor e escola sobre a prática docente, este documento tornou-se primordial para a Sociologia na medida em que estabeleceu uma primeira proposta de consenso sobre o que e como ensinar esta disciplina na escola básica, ou como recontextualizar o conhecimento desta área científica para o contexto escolar, conforme elucida o trecho seguinte do documento:

[...] esta proposta apresenta-se como mais um passo num processo que, se espera, seja de consolidação definitiva da presença da disciplina no currículo do ensino médio, processo descrito na primeira parte desta exposição, que continua com ela e segue com os próprios professores. Assim, o que se oferece é um **ponto de partida**, antes de tudo uma avaliação das vantagens e desvantagens de um ou outro recorte programático, e sugestões metodológicas de ensino, além de breve discussão acerca de recursos didáticos (BRASIL, 2006, p. 131, grifo próprio).

As OCNEM, dessa forma, colocaram uma proposta sistematizada sobre como ensinar Sociologia no ensino médio, que pode ser sintetizada em três aspectos principais: i) um conteúdo programático não sequencial pautado por três tipos de recortes: conceitos, temas e teorias⁵; ii) orientações para pesquisas sociológicas no ensino médio e; iii) orientações para práticas de ensino e uso de recursos didáticos (BRASIL, 2006). Esta proposta foi bem acolhida e se caracterizou como referência para o ensino de Sociologia na última década. Foi, dentro do debate sobre como ensinar Sociologia no ensino médio, um possível encerramento de controvérsias (Latour, 2011 [1978]) e estabelecimento de um modelo comum de ensino de Sociologia. Como veremos adiante, os livros didáticos possuem estrutura pautada por essa proposta, em uma organização do conteúdo em temas, conceitos e teorias.

Atualmente, estamos vivenciando um processo acelerado de discussão sobre a estrutura escolar e o currículo nacional comum, que vinha sendo debatido desde meados de 2013, quando foi encaminhada a proposta sob o projeto de Lei 6840/2013, de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), sobre a reforma no ensino médio. Nessa discussão, observa-se a preponderância de um discurso sobre a dificuldade dos jovens em se inserir no mercado de trabalho, que vem sendo a justificativa principal para a busca de uma estrutura escolar que responda às demandas desse mercado.

Na Lei 13.415 de 2017, que versa sobre a reforma do ensino médio, e na versão final da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), documento que alinha a estrutura do currículo à reforma, Sociologia e Filosofia perdem o caráter disciplinar e passam a compor o itinerário formativo não obrigatório às escolas denominado “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”, voltando essas disciplinas ao espaço interdisciplinar, de “estudos e práticas” (BRASIL, 2017). Recentemente, foi lançado o edital de seleção de livros didáticos para o PNLD 2021, em formato que reflete o novo modelo de ensino médio, com a exclusão de obras por campos disciplinares em um agregado de obras por áreas dos itinerários formativos. Com este novo currículo, portanto, a Sociologia volta ao espaço de interdisciplinaridade.

2. Livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio e Fundamental

As obras selecionadas para a pesquisa comparativa foram a obra didática *Sociologia em movimento*, 1ª edição, organizada em um volume único, voltada para os três anos do ensino médio (EM) e aprovada pelo PNLD/2015, e o 6º e 7º volumes da obra *Sociedade em movimento*, 1ª edição, organizada em quatro volumes (do 6º ao 9º ano), voltada para o ensino fundamental (EF) e não incluída no PNLD⁶. Estas obras foram selecionadas por terem sido produzidas pela mesma editora, por terem sido escritas por diversos professores que passaram

⁵ De acordo com o documento este recorte se refere às três dimensões necessárias a que deve atender o ensino de Sociologia: uma explicativa ou compreensiva – teorias; uma linguística ou discursiva – conceitos; e uma empírica ou concreta – temas (BRASIL, 2006).

⁶ A Sociologia nunca integrou o PNLD para o ensino fundamental, pois nunca esteve incluída como disciplina obrigatória no currículo nacional do ensino fundamental.

pelo Colégio Pedro II (CPII), e por representarem uma iniciativa pioneira do CPII na inclusão das Ciências Sociais no currículo. Ainda que não haja vínculo institucional do colégio com a produção dos livros, a relação entre ambos se dá pelo acúmulo sobre o ensino de Sociologia viabilizado pela tradição pioneira do colégio na manutenção das Ciências Sociais no currículo. De forma singular, o CPII teve a Sociologia incluída no chamado curso secundário antes mesmo de ser introduzida no ensino superior brasileiro (MEUCCI, 2007), em 1925, e desde a década de 1990 tem incluído a disciplina no ensino fundamental. A inclusão das Ciências Sociais no ensino fundamental foi o que viabilizou também a produção singular de um livro didático voltado para este nível de ensino. Em entrevista para a pesquisadora Bárbara Fontes (2019), Marcelo Araújo, um dos autores do livro do EM, falou sobre a relação entre o livro e o colégio CPII:

O livro foi escrito para participar do PNLD e, devido a isso, foi pressionado pela editora nessa direção. Marcelo afirma, entretanto, que foi o currículo do Colégio Pedro II que mais referenciou a configuração do livro, tanto em relação aos temas escolhidos para os capítulos quanto no que diz respeito às escolhas pedagógicas. Não à toa, a ideia do livro surgiu a partir do desejo de “massificar” (no bom sentido do termo, enfatiza Marcelo) o conhecimento produzido na instituição com o ensino de sociologia. As escolhas do grupo “sempre foram equilibrando as percepções teóricas e conceituais, e como aquilo pode ser trabalhado no chão da escola” (FONTES, 2019, p. 163).

O livro do EM, *Sociologia em movimento*, foi o mais adotado por professores das escolas públicas brasileiras nas duas edições do PNLD nas quais esteve incluso, em 2015 e 2018, e também é conhecido por ter sido escrito coletivamente por professores que tiveram contato direto com o “chão da escola” (FONTES, 2019).

A pesquisa comparativa entre as obras foi feita a partir de uma análise descritiva do conteúdo e das ilustrações dos livros nas unidades referentes aos temas de Cultura e Trabalho. Foram descritas 196 páginas de conteúdo e 259 ilustrações ao todo, a partir das quais foram analisadas características como: i) nacionalidade por continente, gênero e formação dos autores mencionados; ii) conceitos com destaques, sem destaques, e tipos de destaques e; iii) tipo, categoria, fonte, data e nacionalidade das ilustrações.

As principais semelhanças entre os livros já foram mencionadas (aspectos de produção, autoria e relação com o CPII). Cabe acrescentar que os livros possuem a mesma estrutura organizacional, que consiste em unidades, capítulos e tópicos. Ainda que tenham tais semelhanças, é importante ressaltar que eles se diferenciam na distribuição do conteúdo dentro desta organização; enquanto o livro do EM distribui o conteúdo em duas unidades e quatro capítulos, o livro do EF distribui em cinco unidades e dez capítulos.

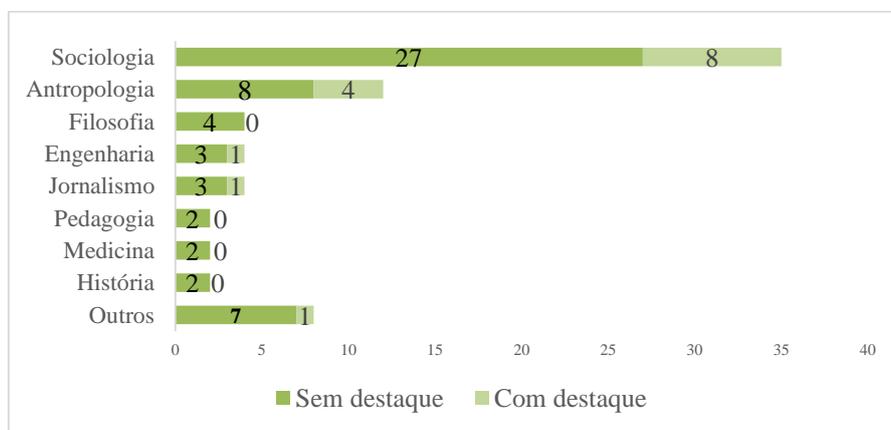
Em relação às diferenças entre os livros, dois aspectos chamaram a atenção: i) a diferença no modo de estruturar o conteúdo das Ciências Sociais, em que observou-se que o livro do EM se detém mais aos autores do que aos conceitos e teorias, enquanto que os livros do EF se detém mais aos conceitos e; ii) a diferença na ilustração do conteúdo abordado, em que observou-se uma quantidade maior de ilustrações entre os livros do EF, que, diferente do livro

do EM, possuem também ilustrações produzidas exclusivamente para o livro. A seguir, tratarei de uma descrição de parte da análise do conteúdo e das ilustrações dos livros que subsidiaram a comparação.

2.1. Os autores mencionados

Conforme relatado acima, uma das diferenças que chamaram a atenção foi a estruturação do conteúdo entre os livros. Nos capítulos sobre Trabalho e Cultura do livro do EM, foram mencionados 58 autores de diversas áreas de formação, dentre os quais 15 foram colocados em destaque com fotografia e descrição biográfica, enquanto que nos livros do EF apenas 18 autores foram mencionados, dentre os quais nenhum foi colocado em destaque. Com isso, podemos afirmar que os discursos recontextualizados nos livros do EM estão mais vinculados aos autores, enquanto que nos livros do EF estão mais vinculados aos conceitos.

Fig. 01. Formação dos autores mencionados com e sem destaques/livros do EM.



Fonte: elaboração própria.

Fig 02. Formação dos autores mencionados/livros do EF.



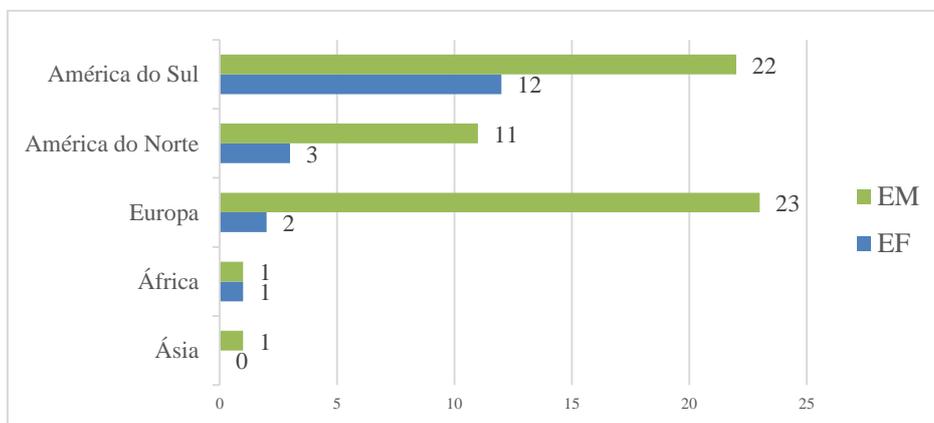
Fonte: elaboração própria.

Em relação à formação dos autores mencionados⁷, observou-se que no livro do EM havia mais referências a sociólogos (até mesmo entre os destacados), enquanto que nos livros do EF haviam mais referências aos antropólogos. Essa é uma diferença interessante, na medida em que o conteúdo relacionado à Cultura, um objeto próprio da Antropologia, estava distribuído em

⁷ Optei por representar graficamente as informações separadas, considerando que seria melhor a visualização das distinções entre formações dos autores mencionados em ambas as obras.

mais páginas do que o conteúdo relacionado ao Trabalho, o que permite afirmar que nas unidades analisadas do livro voltado para o EM há maior presença de uma perspectiva sociológica. Um fator que pode ter impulsionado a referência aos sociólogos nos livros do EM é o vínculo entre Cultura e Sociedade estabelecido na unidade referente ao tema.

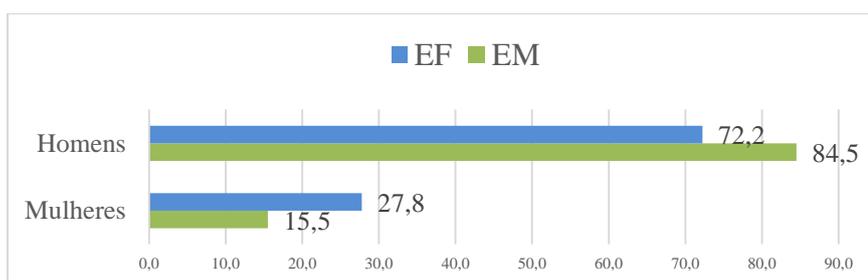
Fig. 03. Nacionalidade por continente dos autores mencionados



Fonte: elaboração própria.

Em relação à nacionalidade por continente dos autores mencionados⁸, observou-se que a maior parte dos autores mencionados no livro do EM são europeus, enquanto que os livros do EF trazem mais menções a autores sul-americanos. Cabe destacar, ainda, que todos os autores entre os latino-americanos mencionados nos livros do EF foram brasileiros, uma informação oculta pela opção de agregação das nacionalidades por continentes. Chama a atenção, também, a grande quantidade de referências a autores europeus e norte-americanos pelo livro do EM, o que permite inferir que o livro se detém mais aos autores das regiões centrais de produção das Ciências Sociais.

Fig. 04. Gênero dos autores mencionados⁹



Fonte: elaboração própria.

Em relação ao gênero dos autores mencionados, observou-se que todos os livros apresentam maior referência a autores homens. Quando comparados proporcionalmente,

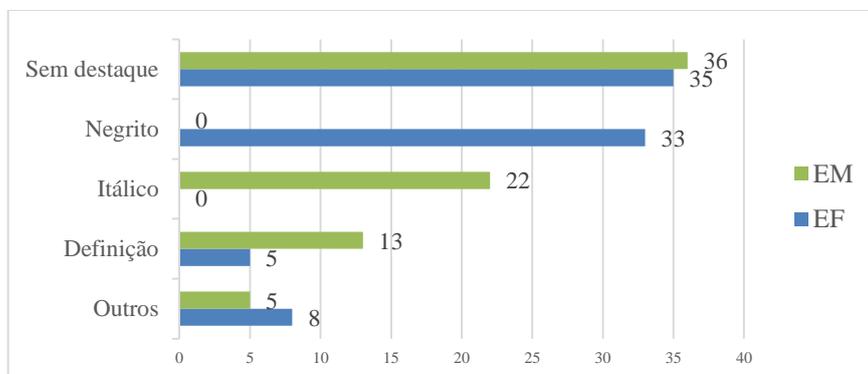
⁸ Optei por agregar as informações sobre nacionalidade por continentes para uma melhor visualização.

⁹ Optei por representar graficamente a proporção entre autores homens e autoras mulheres, considerando que seria melhor a visualização.

porém, o livro para o EF apresenta uma diferença menor entre referência a autores homens e à autoras mulheres.

2.2. Os conceitos

Fig. 05. Conceitos com e sem destaques.



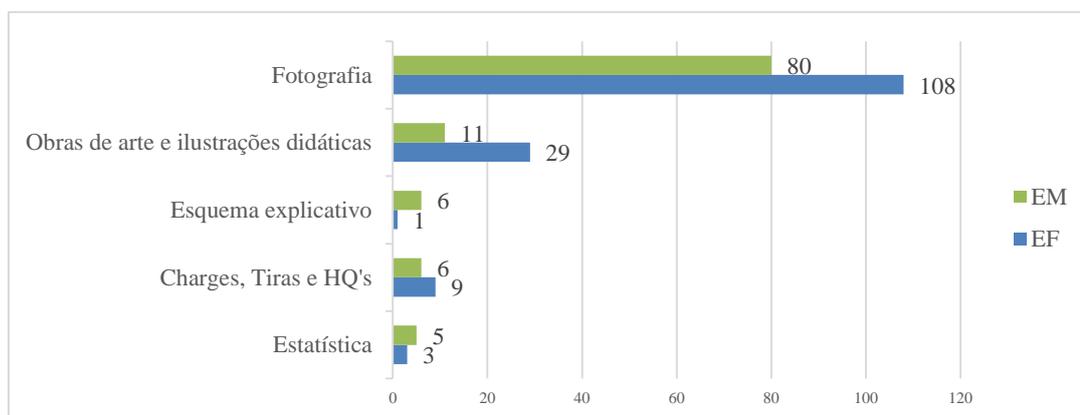
Fonte: elaboração própria.

Em relação aos conceitos utilizados pelos livros, embora haja pouca diferença na quantidade total, bem como entre os conceitos ‘sem destaques’, observa-se que há uma presença maior de conceitos nos livros do EF (81 no total) em relação ao do EM (76 no total). Observou-se também que há mais conceitos destacados nos livros do EF (46) do que no livro do EM (40); o que confirma o argumento de que os livros do EF recorrem mais aos conceitos relacionados aos temas, enquanto que o livro do EM recorre mais aos autores relacionados aos temas e conceitos.

2.3. As ilustrações

Conforme relatado, outra diferença que chamou atenção foi em relação às ilustrações. Observou-se que o livro do EM é menos ilustrado (109 ilustrações) em relação aos livros do EF (150 ilustrações).

Fig 06. Tipos de ilustrações.



Fonte: elaboração própria.

Foi possível observar também que os livros recorrem mais ao tipo “Fotografia” de ilustrações. Os livros do EF, porém, além de serem mais ilustrados, recorrem mais às ilustrações

de tipo “Obra de arte e ilustrações didáticas” e “Charges, Tiras e HQ’s”, enquanto que o livro do EM recorre mais aos tipos “Esquema explicativo” e “Estatística”.

3. Considerações finais

A inclusão da Sociologia enquanto conhecimento disciplinar no PNLD 2012 foi um passo importante para a constituição do conhecimento escolar das Ciências Sociais. Distribuídos para todos os alunos matriculados no Ensino Médio em Escolas Públicas, os Livros Didáticos foram uma referência para o ensino de Sociologia, com a promessa de serem um aliado no trabalho dos professores. É inegável, portanto, a relevância dos Livros Didáticos para o ensino de Sociologia no Brasil, tendo em consideração a dificuldade da disciplina de se estabelecer no currículo oficial e possuir um conhecimento escolar consagrado. Desde o Guia da primeira versão do PNLD em que a Sociologia esteve presente, os avaliadores dos livros já apontavam para as dificuldades relativas ao ensino de Sociologia. A continuidade da disciplina nas edições de 2015 e 2018 possibilitou um avanço na produção de materiais didáticos para a área, mas as lacunas e os desafios ainda persistem. Nas obras selecionadas para comparação, observou-se que, embora as duas obras sejam conhecidas por uma “boa mediação didática”, ou, em outros termos, uma “boa *recontextualização pedagógica*”, ambas possuem diferenças que são importantes para pensar o ensino de Sociologia na educação básica.

Os livros analisados apresentam diferenças substanciais em relação à estruturação e ilustração do conteúdo. Enquanto o livro do EM possui um discurso recontextualizado mais vinculado aos autores e com menos ilustrações, os livros do EF recorrem mais aos conceitos e são mais ilustrados. A diferença entre os níveis de ensino para o qual os livros são voltados, e entre estar e não estar sujeito à indução do PNLD, são fatores importantes a serem considerados na compreensão das diferenças entre as obras. Ainda que as Ciências Sociais não esteja incluída no currículo nacional do EF e, por este motivo, os livros voltado para o EF não esteja incluso no PNLD, o modo como o discurso das Ciências Sociais é recontextualizado nos livros do EF é interessante para se pensar o ensino de Sociologia. Uma pergunta interessante de se fazer é se a centralização dos autores na estruturação do conteúdo, feita pelos livros do EM, é uma alternativa adequada para a Sociologia na Escola Básica, tendo em vista que, para dar conta da amplitude de temáticas vinculadas à Sociologia, um vasto leque de autores são mobilizados.

Além de recorrer mais aos autores, o livro para o EM faz mais referência aos autores da Sociologia, homens, europeus e norte-americanos, enquanto que os livros para o EF recorrem mais aos autores latino-americanos, com destaque para os brasileiros. Essa é uma diferença que chamou a atenção, na medida em que uma das lacunas dos livros do EM tem sido a referência aos conhecimentos atrelados ao Brasil e à América Latina. Desde o PNLD 2012 o pensamento social brasileiro fica desconectado da produção clássica das Ciências Sociais, o que impede o aluno de conhecer as reinterpretações e os usos mais recentes dos conceitos e das teorias, especialmente aquelas elaboradas em nosso país (BRASIL, 2012). Por limitações metodológicas, não foi possível investigar a identidade étnico-racial dos autores mencionados nos livros, o que seria também interessante para pensar a *recontextualização pedagógica* feita pelas obras

analisadas. Uma pesquisa sobre aspectos étnico-raciais dos livros, com um bom referencial teórico e uma metodologia adequada seria outro caminho interessante, tendo em vista a relevância dessa discussão no Brasil.

As duas lacunas apontadas pelos avaliadores do Guia do PNLD 2018, a última em que a Sociologia esteve presente enquanto conhecimento disciplinar, foram sobre a linguagem adotada nos livros, que consideram não ser adequada para o Ensino Médio, e o tratamento das três áreas disciplinares das Ciências Sociais, que ainda se nota um predomínio da Sociologia (o que também foi verificado nesta análise). Foi possível constatar tais lacunas no livro voltado para o EM. Os Livros voltados para o EF, porém, fazem a recontextualização do conhecimento das Ciências Sociais em outra direção, com uma linguagem menos robusta e referenciada aos autores, com o foco nos conceitos e menos centralizado na Sociologia.

Das dificuldades apontadas pelos avaliadores das edições do PNLD em que a Sociologia esteve presente como disciplina escolar, portanto, muitas delas não foram verificadas nos livros voltados para o EF. Isso possibilita a constatação de que a obra voltada para o EF pode contribuir para a construção de livros voltados ao Ensino Médio. Resta finalizar este artigo considerando que os Livros Didáticos de Sociologia produzidos durante o período em que a disciplina esteve inserida no PNLD foram fundamentais para a construção dinâmica e contínua de um conhecimento escolar para a Sociologia na Escola Básica. Para que possamos avançar no desafio que é o processo de *recontextualização pedagógica* das Ciências Sociais para o ensino básico, é crucial a continuidade do espaço para a Sociologia enquanto disciplina no currículo oficial e no PNLD, bem como o investimento por parte do poder público em formação inicial e continuada de professores, em docência e em pesquisas. 🌱

* O autor, à época da submissão, cursavam o 8º período do curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: victoralcantara.csocial@gmail.com.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Bruna Lucila dos. **Sociologia no ensino médio: os discursos presentes nos documentos curriculares nacionais**. In.: Saberes e práticas do Ensino de Sociologia (org. Julia Polessa Maçaira e Alexandre Barbosa Fraga). Rio de Janeiro: Autografia. 2018, pp. 163-190.

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. **Lei 11. 684 de 02 de julho de 2008**. Brasília, 2008.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

_____. **Guia de Livros didáticos**: PNLD 2012: Sociologia: Ensino Médio. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2011.

_____. **Guia de livros didáticos**: PNLD 2015: Sociologia: Ensino Médio. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2014.

_____. **Guia de livros didáticos**: PNLD 2018: Sociologia: Ensino Médio. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2017.

- _____. **Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, Primeira Parte, p. 1-3, 2017.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 1999.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio +**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2002.
- _____. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Volume 3 – Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, pp. 101-133, 2006.
- DESTERRO, Fabio Braga do. **Sobre livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio**. 270 fl. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- DIAS, Viviane Gonzales. **Laboratórios de ensino de sociologia: um estudo sobre o LabES/UFRJ**. 110 fl. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- FREITAS, Maria Cristina Leal de; FRANÇA, Carlos Eduardo. **História da sociologia e de sua inserção no ensino médio**. *Movimentação*, Dourados, v. 3, n.º. 5, p. 39-55, 2016.
- FONTES, Bárbara de Souza. **Entre o ‘chão da escola’ e a universidade: a antropologia nos manuais didáticos de sociologia**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), 2019.
- HANDEFAS, Anita e MAÇAIRA, Julia Polessa. **O estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica**. In: HANDEFAS, A.; MAÇAIRA, J.P.; FRAGA, A.B. (Org.). *Conhecimento escolar e ensino de sociologia: instituições, práticas e percepções*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015, v. 1, p. 25-45.
- LATOURETTE, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. Unesp, 2011 (1978).
- LE BIANIC, Thomas; VERDALLE, Laure de; VIGOUR, Cécile. **S’inscrire dans une démarche comparative: enjeux et controverses**. *Terrains & Travaux* – n.º 21, 2012.
- LEITE, Miriam Soares. **Recontextualização e transposição didática: introdução à leitura de Basil Bernstein e Yves Chevallard**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.
- MAÇAIRA, Julia Polessa. **O ensino de sociologia e ciências sociais no Brasil e na França: recontextualização pedagógica nos livros didáticos**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), 2017.
- MEUCCI, Simone. **Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas**. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 31-66, jan/jun. 2007.
- MORAES, Amauri Cesar. **O Veto: o sentido de um gesto**. *Boletim Sinsesp*, São Paulo, p. 10-12, nov. 2001.
- _____. **Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato**. *Revista Tempo Social*, São Paulo: Universidade de São Paulo /USP, vol. 15, n. 1, p. 5-20, abr. de 2003.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela. **Da universalização do Ensino Fundamental ao desafio da qualidade: Uma Análise Histórica**. *Educação e Sociedade*. Vol. 28, n.º 100. pp. 661-690, 2007.
- SANTOS, M. B. **A sociologia no contexto das reformas educacionais: um século de idas e vindas da sociologia no ensino médio**. 2002. Disponível em: < www.grupos.com.br. >. Acesso em: 04 jul. 2015.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.